

---

**COSTURAR E BATALHAR:  
O COTIDIANO DE TRABALHO E DE LUTA FEMININO - SÃO  
PAULO (1900-1930)**

---

*MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS\**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

---

“A Costureirinha”

Costureirinha meiga e mansa  
tu, que tens de ouro o coração  
Trabalhadora e frágil criança,  
vida sem luz, boca sem pão.  
Costureirinha, a dor suprema  
de teu viver ando a escutar,  
por teu futuro ainda há quem tema;  
Tuberculose ou Lumpanar...

Vives em minha vizinhança  
Vejo que a tua mão se cansa  
e é tão franzina a tua mão!  
Sonha a vida sem algemas,  
Sem o exaustivo labutar,  
Sem as angústias do problema;  
Tuberculose ou Lumpanar...

E ainda tens, anjo, esperança!  
Bendito ideal, doce ilusão  
que no teu lábio triste dança  
e vai florir numa canção!  
Sagrada infância!  
E ainda há quem tema  
a aurora, a luz que te arranca  
a ameaça vil, a infância extrema;  
Tuberculose ou Lumpanar...

Será de dores teu estigma  
e o teu destino há de oscilar  
Nas duas pontas do dilema:  
Tuberculose ou Lumpanar...

*Voz do Povo*, RJ, 1920.

---

\* Maria Izilda Matos é professora titular do Departamento de História da PUC/São Paulo; é coordenadora do NEM (Núcleo de Estudos das Mulheres) da PUC/SP, e fez Pós-doutorado na Université Lumière Lyon 2, Lyon/França. Entre suas várias publicações destacam-se: *Por mãos femininas: Trabalho e Resistência das mulheres brasileiras (1890-1920)* in: Nash, M. e Perrot, M. *Historia de las Mujeres* 5. Espanha: Taurus, 1992. *Trama e Poder (1890-1930)*. Rio de Janeiro, 4ªed., Sette Letras, 1997. *A Cidade em debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999. *Por uma história das mulheres*, São Paulo: EDUSC, 2000. *Meu lar é o botequim*, São Paulo: Nacional, 2000.

AS MULHERES E O TRABALHO

**T**endo como base um leque composto de várias correntes de interpretação, a produção historiográfica vem procurando recuperar a atuação das mulheres no processo histórico enquanto sujeitos ativos. Apesar das dificuldades, têm-se descortinado suas esferas de influência e recobrado os testemunhos femininos. Ao tentar reconstruir a estrutura ocupacional em que se inseriam as mulheres no meio urbano, mediante o exercício de papéis improvisados, as pesquisas acabaram destacando e detectando sua presença constante no espaço público, onde as atividades femininas adquiriam visibilidade.<sup>1</sup>

A maior parte das pesquisas desenvolvidas para a segunda metade do século XIX, sobre a temática do trabalho feminino, concentrou-se mais diretamente na inserção das mulheres no trabalho fabril, chamando a atenção, entre outras, para as características que marcaram a participação feminina durante o processo de industrialização. Essas pesquisas, em geral vinculadas aos estudos sobre o movimento operário, mostraram a existência de um contingente significativo de trabalhadoras, em particular têxteis, e destacaram a sua presença nas lutas e resistências operárias<sup>2</sup>.

A importância desses estudos para focalizar a ação feminina no universo da fábrica foi indiscutível. Uma grande parte deles, porém, acabou por reproduzir, sem muita reflexão, o discurso elaborado pelo patronato e pelos poderes públicos, que procurava destacar o contraste entre o trabalho fabril e o domiciliar. Assim, essas investigações reforçaram a idéia de segmentação entre um grupo privilegiado empregado nas fábricas e o universo dos trabalhadores domiciliares, isolando o público do privado e corroborando a imagem ideal do operário fabril disciplinado, vendo em outras ocupações “resíduos” em processo de extinção.

Na cidade de São Paulo, no período entre 1900 e 1930, paralelamente ao crescimento do trabalho fabril, expande-se a utilização dos trabalhos de agulha, exercidos em domicílio, para as oficinas e também para as indústrias. Um dos setores que ocupava um grande número de costureiras domiciliares eram as indústrias de sacaria para o café<sup>3</sup>.

A escassez de estudos específicos de história sobre essas atividades

domiciliares, deve-se, possivelmente, às dificuldades com as fontes. Esses (as) trabalhadores(as) quase não aparecem nas estatísticas oficiais, não constam das fontes sindicais e os empregadores, segundo os boletins do Departamento Estadual do Trabalho (DET), sempre se mostraram reticentes em dar informações sobre o assunto; além disso, poucas vezes os(as) trabalhadores(as) a domicílio mostraram-se dispostos(as) a discutir suas condições. As barreiras documentais tornam-se ainda maiores se lembrarmos que o universo de trabalhadores domiciliares era quase todo ele composto de mulheres, enquanto os materiais disponíveis, de um modo geral, eram produzidos por homens - os discursos do trabalho, da greve ou da resistência apresentavam-se no universal-masculino, englobando e, simultaneamente, excluindo a presença feminina.

#### TRABALHO DOMICILIAR-TRABALHO DE AGULHA

Por trabalho domiciliar deve ser entendido aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo, um elo da cadeia produtiva, cujo pagamento era feito geralmente por peça.

Os trabalhos de agulha, em geral, realizados no domicílio das próprias costureiras e bordadeiras, possibilitam a sondagem de uma experiência feminina. A utilização dessas trabalhadoras pelas indústrias e oficinas não pode ser vista como algo pertencente a uma velha ordem. Muito pelo contrário, se o crescimento dessa atividade domiciliar se ampliou, os fatores multiplicadores vieram da própria produção capitalista, sendo o trabalho externo intrínseco ao processo produtivo como o fabril; nesse caso, a própria expansão urbano-industrial implicou no surgimento de novas ocupações, criadas diretamente pelo desenvolvimento capitalista e a ele integradas. Essas instâncias de organização da produção se configuraram como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado.

Os trabalhos de agulha eram tradicionalmente realizados no domicílio das costureiras e bordadeiras.<sup>4</sup> Entre os elementos que teriam contribuído para a persistência dos trabalhos de agulha pode-se arrolar: o fato de que a maior parte da produção industrial e nas oficinas era sazonal; a rejeição, por parte dos consumidores, da costura e do bordado à máquina; a impossibilidade das máquinas reproduzirem com perfeição o trabalho manual; o custo e as especificidades da mão-de-obra utilizada; a dispersão dessas trabalhadoras, possibilitando um maior controle sobre as mesmas; a sua disponibilidade para o serviço, além da resistência das costureiras ao trabalho fabril.

As fábricas e oficinas procuravam implementar a criação de uma intensa e articulada rede de recrutamento mediante laços de parentesco, vizinhança e origem étnica<sup>5</sup>, que concretizaria o vínculo entre as fábricas e as trabalhadoras.

A grande oferta de trabalhadoras gerava um achatamento gradativo do preço pago pelo trabalho de agulha. Enquanto foi possível comprimir o pagamento e por esse meio baixar os custos da produção, os empregadores tiveram interesse em conservar o trabalho domiciliar, em vez de utilizar os progressos do maquinário.

As atividades de agulha estiveram delimitadas por uma interpenetração do público e do privado. Se, por um lado, esse tipo de atividade constituía, para as mulheres pertencentes aos setores populares, uma opção de ocupação remunerada, por outro, impunha-lhes uma jornada de trabalho maior com um salário bem menor. O emprego sazonal e o salário complementar devem ser considerados não só em função do mercado, mas também como opção por uma ocupação que permitia, no curso de vida das mulheres, concatenar o tempo-espaço do trabalho e da família.

Nesse sentido, as mulheres se engajavam na produção de mercado em atividades já desenvolvidas por elas nos quadros domésticos (como lavar, cozinhar, costurar, bordar). A costura e o bordado encontravam nas mulheres - através de uma educação tradicionalmente transmitida - uma mão-de-obra qualificada, cuja rapidez, destreza, repetição e precisão eram elementos importantes para a sua execução<sup>6</sup>.

Enquanto atividade sazonal, o trabalho domiciliar não só tinha o seu ritmo intensificado com a proximidade da estação e/ou da safra: nesses

momentos, a costura ou o bordado estendiam-se muito além do número de horas determinado no espaço fabril - e em alguns casos poderia ser um prolongamento da jornada de trabalho. Além disso, a remuneração era ínfima e por peça, o que para garantir um ganho exigia muita produção.

Contudo, o trabalho domiciliar, em contraposição ao trabalho externo<sup>7</sup>, possibilitava uma certa flexibilidade de horário, liberdade de ir e vir, além de criar o prazer do trabalho em grupo, pois freqüentemente nos pátios dos cortiços as mulheres costuravam, bordavam e conversavam nas chamadas “trempas”, momentos de encontro em que trocavam informações, receitas e remédios. Longe do apito da fábricas, a idéia de autonomia e a fuga de estruturas hierárquicas, relações de trabalho, condicionamentos de tempo e ritmo de trabalho, concorriam para aumentar a oferta dessa mão-de-obra.

Isso não significa, no entanto, que inexistissem formas de controle, já que a possibilidade da costureira e da bordadeira manipular seu tempo via-se limitada pela produção exigida pela fábrica ou oficina - uma certa quantidade de produtos deveria ser entregue em um prazo determinado; além disso, exercia-se também um certo controle de qualidade.

A problemática do tempo no trabalho domiciliar está diretamente vinculada à do espaço. O trabalho penetrava no lar dessas mulheres por intermédio do grande volume de produtos a serem costurados ou bordados. O acúmulo de grandes quantidades de produtos costurados ou por costurar dentro dos cortiços onde moravam, cubículos estreitos com péssima situação sanitária, convivendo com a proximidade do fogareiro, ocasionava freqüentes incêndios, que desde finais do século XIX foram denunciados pelas comissões de exame e inspeção de habitações.<sup>8</sup>

Mesmo diante dessas condições, o trabalho de agulha se apresentava como uma opção para as mulheres em um certo período de sua trajetória de vida, possibilitando-lhes concatenar o ritmo, o espaço e o tempo do trabalho doméstico com uma atividade remunerada e sem horário fixo.

Cabe ainda destacar que o incremento ou a simples manutenção das atividades domiciliares pode ter refletido uma resposta do patronato ao movimento e às lutas operárias, uma estratégia para esvaziar suas reivindicações; a dispersão do trabalho pelos domicílios era encarada como um fator de isolamento, cuja consequência seria a submissão dos trabalhadores.

Tanto no discurso patronal como na imprensa operária, as atividades de agulhas passaram a ser vista como um “ofício feminino”; sendo a mulher considerada incapaz para o trabalho criativo, destacavam-se as vantagens do emprego domiciliar como conciliador de virtudes (trabalho-casa-maternidade), justificando o lugar da mulher no lar, longe dos perigos da fábrica.

A dubiedade do discurso da imprensa operária revelou-se ao questionar, em certos momentos, as condições do trabalho de agulha e, em outros, ao mostrá-lo como uma boa opção para evitar a fábrica e, inclusive, para afastar a concorrência feminina do mercado de trabalho.

À primeira vista pode parecer que as mulheres se submetiam a esse discurso que lhes recusava a competência, a autoridade e o direito a todos os níveis de emprego, remetendo-as aos chamados “ofícios femininos”, que elas poderiam realizar sem remorsos e sem perder, inclusive, a feminilidade. Todavia, com um cotidiano envolto em toda essa ambigüidade, não se poderia esperar dessas mulheres apenas conformismo e passividade, mas, também, resistência.

#### COSTURAR E BATALHAR

As trabalhadoras a domicílio encarnavam, aos olhos da opinião pública e do patronato, um modelo de passividade, sendo consideradas menos dispostas a aderir às lutas operárias e também pouco propensas às greves. No discurso da imprensa operária essas trabalhadoras apareciam como um entrave para o crescimento do movimento; a utilização dos seus serviços nos momentos de greve minava as reivindicações operárias, sendo identificadas como um trunfo do patronato. As trabalhadoras externas, nessa perspectiva, tinham uma rede de relações sociais mais limitada e mais fraca do que as operárias fabris, o que era considerado, ao mesmo tempo, causa e conseqüência de sua situação, tendo menores probabilidades de criar vínculos.

A tendência verificada na historiografia é a de reprodução dessa imagem. Questionando, porém, as generalizações daí advindas, cabe recuperar a

capacidade e as formas de resistência diferenciadas dessa mão-de-obra, que por ser feminina e domiciliar apresentou peculiaridades.

As costureiras procuraram manter essa ocupação que, mesmo considerada “desonrosa”<sup>10</sup>, significava a possibilidade de conciliar os serviços domésticos com uma atividade remunerada.

Suas formas de resistência, muitas vezes surdas, apareciam no boicote à costura e ao bordado, no ritmo lento da produção, nos atrasos propositais, no alargamento do ponto, agilizando o trabalho remunerado por peça, mas pecando contra a qualidade do serviço; boicotava-se, deliberadamente ou não, a produção.

A documentação existente, mesmo esparsa, permite questionar a representação da costureira/bordadeira domiciliar como uma trabalhadora passiva e rastrear suas formas de luta. Há informações sobre várias associações, algumas apenas referindo-se à sua criação, ignorando-se, portanto, qual foi o seu tempo de existência - como a União das Operárias Costureiras, fundada em 1906, quando de intenso movimento da categoria. Do Sindicato das Costureiras de Carregação temos as primeiras notícias em 1908, podendo ter estado vinculado ou ter sido uma continuação da Liga de Resistência das Costureiras, também fundada em 1906.<sup>11</sup>

A ausência de lideranças fixas não implicou absentismo nas manifestações. Ao contrário, suas reivindicações não se limitavam à defesa de seus interesses específicos como trabalhadoras, mas abrangiam questões mais gerais; nas ruas, nos domicílios, na cidade e na fábrica, elas desenvolviam práticas cotidianas, formas concretas de resistência e luta.

Em 1906, quando a cidade de São Paulo presenciava sucessivas greves pela diminuição da jornada de trabalho e sua fixação em oito horas diárias, Tecla Fabri, Maria Lopes e Teresa Cari<sup>12</sup> assinaram dois importantes manifestos, conclamando as costureiras a se unir em defesa de melhores condições de trabalho.<sup>13</sup> Tais documentos faziam minuciosas descrições das condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres que, “além de ser prejudicial à prole e à moralidade”, acabavam com a saúde das trabalhadoras de agulha. O discurso expresso nesses manifestos buscava sensibilizar a todos para essa questão. O perfil das costureiras era traçado em oposição ao do patrão, sua situação era definida como “miserável”, “exploradas” e “oprimidas” em

contraponto aos patrões, centro dos ataques, identificados com “abutres”, “algozes”, “parasitas” e “vampiros”, que “sugavam o sangue” e “roubavam o tempo, a saúde, a energia física das costureiras”.

Ainda em 1906, encabeçada por Ernestina Lesina, que escrevia no *Anima Vita*, foi fundada a Associação das Costureiras, que lançou, nesse mesmo ano, uma convocação às companheiras, visando à luta pelo aumento do preço pago pela costura, à organização de um sindicato de classe e à redução da carga horária das que trabalhavam em oficinas.<sup>14</sup>

No ano de 1907, as manifestações continuaram. O *Jornal A Platéia* publicou um artigo sobre a greve das costureiras:

O centro da cidade despertou ontem com a matinal das costureiras. Nas proximidades das casas de costuras e fábricas formaram elas gárrulos grupos, assumindo algumas a empertigada atitude de oradoras, concitando as suas colegas à greve...diversos bandos de costureiras perspicazes, percorreram as ruas centrais, seguidas de curiosos e admiradores que faziam comentários grotescos sobre a atitude hostil das mesmas contra a linha e a agulha.<sup>15</sup>

Em novembro do mesmo ano elas voltaram às ruas:

#### Greve das Costureiras

Uma das classes mais ignominiosamente exploradas, a classe das costureiras de carregação, na sua quase totalidade de mulheres, agita-se atualmente em São Paulo, para arrancar um aumento de salário aos seus patrões. Estes, quase todos de nacionalidade estrangeira, sórdidos e exploradores em máximo grau, negaram-se a satisfazer o pedido das operárias. Estas declararam-se em greve imediatamente.<sup>16</sup>

A greve das trabalhadoras de agulha, longe de ser um mecanismo abstrato, localizava-se em um quadro de resistência que pertencia ao cotidiano, vindo à tona em certos momentos.

Sob o título “Infâmias da Polícia”, o jornal *La Battaglia* denunciava a violência praticada pela polícia contra as costureiras em greve:

Devido à exploração escandalosa exercida pelos turcos sobre as costureiras de

sacos e vestidos de carregação, centenas de pobres mártires se puseram em greve.

Em dezembro, depois de suspensa a greve, La Battaglia tecia considerações sobre a condução e o desfecho da mesma:

Não obtiveram as costureiras, depois de longas negociações, uma tarifa estabelecida em acordo com os patrões e que foi por estes repudiada infamemente um dia depois? Mas, contra elas toda a infâmia é permitida, e se o proletariado inteiro não fizer justiça, é vão esperar que com uma greve pacífica os patrões renunciem ao privilégio de esfaimados e opressores, mesmo que se trate de mulheres indefesas.<sup>17</sup>

Percebe-se que na imprensa operária, em particular na anarquista, a figura feminina era a de vítima, “mulheres indefesas e inofensivas”, “frágeis e incapazes” sendo freqüentemente tratadas no diminutivo e consideradas incapazes de resistir. Essa imagem contrasta com o cotidiano dessas mulheres que, quer em seu domicílio, quer nas oficinas, enfrentavam uma jornada muito maior que a média masculina e ainda tinham pela frente os afazeres domésticos.

O discurso da imprensa operária mostrava-se ambíguo em relação ao trabalho da mulher e às suas formas de resistência. Assim, se a família necessitava de seus ganhos, precisava dela também em casa, onde suas atividades como mãe e esposa não deveriam ser prejudicadas. Por outro lado, as greves femininas eram incompreendidas pela sociedade, que via a feminilidade como incompatível com o trabalho, ainda mais com a situação de grevista.

Esforços foram realizados, junto às costureiras, para associá-las de forma permanente, mas foi somente em 1919 que se concretizou uma organização da categoria das costureiras de carregação. Por seu intermédio lutavam não apenas pelas plataformas básicas do movimento operário, como a jornada de oito horas e o salário mínimo, mas também pela redução dos alugueis e equiparação dos salários femininos e masculinos. A Plebe anunciava:

União das Costureiras de Carregação. Eis uma notícia animadora e que vai ferir em cheio a consciência de muitos operários: as costureiras acabam de se

constituir em associação. No último domingo, essas escravizadas realizaram uma concorrida reunião na rua da Quitanda, 4, e ali deliberaram defender os seus interesses das garras vampíricas dos patrões que enriquecem à custa de seu suor e do seu sacrifício, orientando-se pelos métodos de acção própria, devidamente congregada, e acabando desse modo com o regimen de chaleirismo até agora usado na sua classe.

Quer dizer: as costureiras, conscientes da sua dignidade e do seu valor, decidiram-se a ser mulheres, na verdadeira accepção do termo, e não manequins manejados pela vontade de seus algozes. Ergueram a frente com altivez e à exploração disseram que já não eram escravas passivas e submissas. Bello gesto! Magnífico exemplo!

Homens, operários dissociados: Se acaso vos envergonhardes de ver essas raparigas, irmãs nossas no soffrimento e na miséria, adiantando-se a vós na marcha pela emancipação, vinde também fundar, robustecer as vossas agrupações.<sup>18</sup>

O artigo, ao mesmo tempo que valoriza a iniciativa de associação como “bello gesto”, “magnífico exemplo”, acção de “mulheres, na verdadeira accepção do termo”, mantém em relação às costureiras uma certa desconfiança e espanto diante de sua capacidade de mobilização, chegando a conclamar os homens a seguir o exemplo “dessas raparigas”, que mesmo sendo “indefesas” se associaram.

As lutas propiciaram poucos resultados imediatos - a efetiva regulamentação das condições do trabalho de agulha só seria encaminhada posteriormente. Porém, nos Boletins do DFT e em jornais e periódicos operários continuavam a aparecer denúncias sobre o trabalho domiciliar e sugeriam-se medidas para regrear as deploráveis condições em que era realizado:

- a- Obrigá-los [os patrões] a fornecer à inspecção listas circunstanciadas de todas as pessoas a seu serviço, com especificação das que trabalham no domicilio.
- b- fará publicar periodicamente nos jornais o salário que os patrões pagam pela confecção dos artigos expostos à venda, aos operários que trabalhem a domicilio[...]
- c- providenciará para que todo e qualquer artigo fabricado em officina doméstica traga uma etiqueta especial que indique a sua procedência e castigará duramente a falta deste requisito[...].<sup>19</sup>

Esta última sugestão deve ser entendida no marco da preocupação com o trabalho domiciliar como fator de contaminação, entre outras doenças, da tuberculose:

A tuberculose pulmonar, doença de fundo eminentemente social, atinge de preferência as classes menos abastadas, sua ação destrutiva é notada com mais frequência nos meios operários, cujo nível de vida é baixíssimo em virtude das condições económicas atuais, procurando o máximo interesse em benefício do bem-estar da coletividade e em prol da eugenia da raça... mister se faz, pois que a prophylaxia dessa doença não seja descuidada. Obras de propaganda, tendentes a difundir pelo público ensinamentos de como evitar a infecção; a lucta que ora vae fazendo o Serviço Sanitário...; a melhoria das habitações operárias, o fim da costura domiciliar, a guerra às habitações anti-higiênicas e insuficientes, a notificação rigorosa de casos...; são todas medidas que se impõem.<sup>20</sup>

Propagava-se o boicote às mercadorias produzidas por meio do trabalho de agulha domiciliar: sacos, camisas, roupas em geral e de cama e mesa:

Sabe-se a que perigos a manufactura em domicilio expõe, por vezes, os que exercem e os que consomem os seus productos. O próprio consumidor fica exposto a contrahir o germe da doença contagiosa que se desenvolve tão facilmente nos miseráveis aposentos do trabalho em domicilio.<sup>21</sup>

A década de 20 trouxe novas preocupações com relação às atividades domiciliares. Destacava-se, ainda mais, o contraste entre o espaço fabril, detectavam-se os principais problemas:

enquanto o salário dos operários ocupados nas fábricas tem crescido em confronto com o passado, o dos trabalhadores em domicilio ficou estacionário, e, em alguns logares, até baixou. Por ser excessiva a duração do trabalho entre os operários que trabalham a domicilio. Porque a deficiência e a insalubridade dos logares que servem de laboratórios domiciliares é duplamente pernicioso, pois via de regra, além das horas de trabalho, é ahi mesma a habitação de taes operários. Pela pouca nutrição em geral dos operários que trabalham em domicilio. Pela forte porcentagem de doenças contagiosas que se notam entre

eles. Pelos desvios de moralidade, quando há promiscuidade de sexos, mais fáceis de verificar-se nessas condições acanhadas de trabalho do que a fábrica".<sup>22</sup>

Propunha-se, enfim, a extinção do trabalho domiciliar.

Essas campanhas somavam-se a todo um processo de reorganização das fábricas e oficinas, onde os esforços para o abandono da produção sazonal, o planejamento e a programação de estoques conduziram a um questionamento da eficácia do trabalho domiciliar. O Departamento Estadual do Trabalho e os próprios industriais, que durante tanto tempo se utilizaram amplamente da costura e do bordado domiciliar, passaram a questioná-los, mediante um discurso que os denunciava como anti-higiênicos, veículo de contaminação, improdutivos, pouco rentável e até onerosos.

As queixas dos patrões, antes pouco freqüentes, se faziam presentes. Denunciavam o boicote, os atrasos, o roubo, o baixo rendimento, as perdas, a irregularidade do ritmo do trabalho de agulha, a falta de horário fixo, a qualidade do trabalho executado, as sabotagens, a irracionalidade dessa etapa da produção, as dificuldades na distribuição e supervisão do serviço.

Pretendia-se o saneamento das condições de trabalho e a mecanização das tarefas manuais, entre elas a costura e o bordados, que passaram em grande parte a ser realizados, preferencialmente, à máquina, no interior das fábricas. O pouco comprometimento dos trabalhadores externos com as exigências do capital e com um padrão de produtividade, seriam elementos adicionais para justificar o confinamento dessas atividades em um espaço único, procurando-se assim, a partir desse processo de racionalização da produção, garantir a execução e o ritmo do trabalho sob olhos vigilantes, bem como a submissão das trabalhadoras a um regulamento rígido.

Além de mudanças no trabalho fabril, organizado segundo os novos interesses e exigências de expansão do capital, evidencia-se, conjuntamente, alterações nas relações familiares, que passaram a ser delineadas a partir da constituição de um novo modelo de família, implicando uma nova noção de mulher, lar, educação e higiene. A designação das mulheres exclusivamente para o espaço doméstico foi correlativa a uma transformação no estatuto da infância, difundido pela puericultura e pela escola e, de certa maneira, tardia-

mente corroborado pela legislação. Nesse processo, todo tipo de comportamento desviante, toda forma de relacionamento incontrolável, ameaçador, impuro, anti-higiênico deveria ser bloqueado.

A partir de diferentes setores, em particular do médico-sanitarista, propalava-se um modelo imaginário de família orientado para a intimidade do lar e que conduzia a mulher ao território da vida doméstica, *locus* privilegiado para a realização de seus talentos, procurando introjetar-lhe a importância da missão de mãe. A essa nova mulher - mãe e esposa - caberia desempenhar um papel fundamental na família: sempre vigilante, atenta, responsável pela saúde e felicidade das crianças e do marido, deveria dedicar-se exclusivamente ao lar e à sua higiene.<sup>23</sup>

Num momento em que crescia a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilitava a propagação de doenças contagiosas, tornava-se inviável a manutenção da costura e dos bordados. O espaço doméstico e o trabalho deveriam ser isolados - para as mulheres, a casa e a reprodução.

O trabalho noturno também passava a ser condenado, não só pela insalubridade do horário, mas também pela falta de luz natural, essencial para o organismo, sobretudo no caso da costura e do bordado, que exigia um grande esforço da visão.

No âmbito das propostas de higienização do lar, o trabalho domiciliar passou a ser visto como uma anomalia, obra da invasão do lar pela fábrica, a qual impregnava com seu odor o espaço privado dos trabalhadores. Se as preocupações se concentravam na recuperação da saúde do operariado, desaglomerar e descongestionar o espaço doméstico se fazia necessário; arejar e iluminar os lares; eliminar os miasmas e germes eram as palavras de ordem. Observar preceitos de higiene constituía-se, porém, em sinônimo de acabar com o trabalho domiciliar. Higienistas e sanitaristas, preocupados com a “eugenia da raça, com o futuro das crianças do Brasil”, desencadearam uma campanha contra as condições em que eram realizados os trabalhos de agulha.

Dessa forma, o declínio do trabalho domiciliar pode ser interpretado a partir de um conjunto de fatores: as transformações no sistema produtivo e as novas necessidades do setor industrial; as campanhas sanitárias e as novas proposições vinculadas às expectativas inovadoras em relação à mulher e ao

lar.

As propostas de “desodorizar” o lar e separar o espaço privado da família do espaço público da fábrica tornavam-se pouco compatíveis com o trabalho de agulha. Contudo os questionamentos a essa atividade não podem ser identificados com sua eliminação, pois se mantém, numa longa duração, até a contemporaneidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> Maria Izilda Santos de Matos. *Por uma história das mulheres*. São Paulo, EDUSC, 2000.

<sup>2</sup> M<sup>a</sup> Valéria Juno Pena. *Mulheres e trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

<sup>3</sup> Maria Izilda Santos de Matos. *Trama e Poder- um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 4. ed., 1999.

<sup>4</sup> No caso da indústria de sacaria para o café, utilizou-se a costura domiciliar desde o século XIX, quando as telas ainda eram importadas pelo comissariado nas principais cidades portuárias, prática que se manteve mesmo após a implantação da indústria de fiação e tecelagem de juta. Há registros de que a costura à mão ainda persistiu pelo menos até 1924, sendo, a partir de então, gradativamente substituída pela costura à máquina.

<sup>5</sup> Em Santos, quase todas as costureiras e bordadeiras eram imigrantes portuguesas ou filhas de portugueses, muitas eram da Ilha da Madeira e traziam a tradição dos bordados.

<sup>6</sup> Ivonne Verdier. *Façons de Dire, Façons de Faire (la laveuse, la couturière, la cuisinière)*. Paris, Gallimard, 1979.

<sup>7</sup> A utilização do trabalho feminino nas indústrias paulista foi marcante. A maior parte da mão de obra feminina se concentrava nos setores têxteis, de vestuário e confecção e alimentício. Eram majoritariamente jovens com idade inferior a 18 anos, e em geral solteiras. A jornada de trabalho nas fábricas variava entre 10 e 14 horas, por 6 dias da semana, sendo que nos domingos a jornada era das 5:30 às

11:00 (sem horário fixo para almoço). Enfrentavam um ritmo acelerado de produção e um controle disciplinar dos mestres e contramestres (algumas vezes o assédio). As mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal remuneradas. Ver Maria Izilda S. Matos. *Trama e Poder. Op. cit.*, pp. 70-84.

<sup>8</sup> Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia, Relatório de 1893, São Paulo, Espindola, 1894.

<sup>9</sup> Michelle Perrot. "Qu'est-ce qu'un métier de femme?". *Le mouvement Social*, Paris, n.º 140, julho/setembro.

<sup>10</sup> E. P. Thompson. *Tradicón, Revuelta y consciencia de clase, Estudios sobre la crisis de la Sociedad Pré-industrial*. Barcelona, 1979, Editorial Crítica.

<sup>11</sup> *Terra Livre* 13/6/1906, 15/8/1906, 26/11/1907; *A Platéia* 25/5/1907; *La Battaglia* 24/11/1907, 15/12/1907.

<sup>12</sup> As trabalhadoras feministas anarquistas procuravam questionar o patriarcalismo da sociedade brasileira, bem como as discriminações sexuais nos meios operários e de militância. Entre suas amplas reivindicações, defendiam condições de igualdades entre homens e mulheres, a renovação da família, da educação, do casamento, a maternidade consciente e uma sexualidade livre e prazerosa. Monica Leite Barros. *Mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. Mestrado. Unicamp, 1978. Margareth Rago. "Trabalho Feminino e Sexualidade" in: *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1997, pp.578-606.

<sup>13</sup> *Terra Livre*, 13/6/1906, 15/8/1906.

<sup>14</sup> As oficinas para roupas de carregação se encontravam nas proximidades da Rua 25 de Março, caracterizado pela presença marcante dos imigrantes sírio-libaneses, que controlavam a produção e comercialização na área.

<sup>15</sup> *A Platéia*, 25/5/1907.

<sup>16</sup> *Terra Livre*, 26/11/1907.

<sup>17</sup> *La Battaglia*, 15/12/1907.

<sup>18</sup> *A Plebe*, 19/4/1919.

<sup>19</sup> Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano IV, n.º 17, 4 trimestre de 1915.

<sup>20</sup> Borges Vieira. "Alguns Indices das Condições Sanitárias da Cidade de São

Paulo”, in *Bolletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. Vol.VI, nº2, 1923, p. 36.

<sup>21</sup> Documentos Parlamentares - *Legislação Social*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Typgrafia do Jornal do Comércio, 1922, p. 52.

<sup>22</sup> Idem, p. 53.

<sup>23</sup> Margareth Rago. *Do cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RESUMO

Preocupações recentes da historiografia vem favorecendo os estudos que contemplam as abordagens de gênero, abrindo possibilidades para o questionamento dos sujeitos universais, permitindo a visibilidade das ações e lutas femininas.

Em virtude dessas inquietações, este artigo procurará focalizar as lutas femininas na cidade de São Paulo, no período entre 1890 e 1930. A análise está centralizada nas experiências das trabalhadoras a domicílio, na sua maioria costureiras e bordadeiras. Pretende-se recuperar o cotidiano de trabalho e de luta dessas mulheres, fugindo das dicotomias em vitimização e heroização dessas ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero, lutas femininas, trabalhadoras a domicílio, trabalho, costureiras e bordadeiras.

RÉSUMÉ

Les préoccupations actuelles de l'historiographie ouvrent la voie aux études sur le genre et sur les possibilités de remettre en question les sujets universels, permettant ainsi la visibilité des actions et des luttes au féminin.

Axé sur ces questions, cet article cherche à dévoiler les luttes des femmes de la ville de São Paulo au cours de la période 1890 et 1930. L'analyse portera sur l'expériences de lutte quotidienne des travailleuses à domicile, dans leur majorité couturières et bordeuses, cherchent à échapper aux dichotomies les réduisant aux rôles de victimes ou d'héroïnes.

**MOTS-CLÉS:** genre, lutttes féminines, travailleuses à domicile, travail, couturières et brodeuses.